



ANÁLISE POLÍTICA DA REDE CERTIFIC: INTRODUÇÃO PROBLEMATIZADORA DO OBJETO DE ESTUDO

Fernanda Santana de Souza Urbano¹

Resumo

O artigo proposto compreende o processo de pesquisa em desenvolvimento vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social que em seu temário busca conhecer e analisar a política pública de reconhecimento e certificação de saberes não formais na Educação Profissional de Jovens e Adultos.

Este estudo analisa as implicações do contexto histórico, político, e institucional sobre o processo de implantação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada no período de 2010 a 2012 nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras-chave: Educação Profissional; Certificação de profissional; Rede CERTIFIC.

Abstract

The proposed article covers the process of developing research linked to the Graduate Program in Social Policy in its agenda that seeks to understand and analyze the public policy of recognition and certification of non-formal knowledge in the Professional Education of Youth and Adults. This study examines the implications of the historical, political and institutional process on the deployment of the National Vocational Certification and Initial and Continuing in the period from 2010 to 2012 in Federal Education, Science and Technology

Keywords: Professional Education, Professional Certification; CERTIFIC Network.

¹Estudante de Pós-Graduação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMG).
fernanda_ses@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação de jovens e adultos considerando meramente a escolarização é limitar um campo de práticas e reflexões que abarcam processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e ainda questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar.

Em sua peculiaridade a educação de jovens e adultos deve contemplar a diversidade cognitiva, geracional e sociocultural dos sujeitos que vivenciam este processo formativo em seus múltiplos aspectos para que alcance seus objetivos enquanto ação educativa.

Tais políticas devem pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Como política pública a história da educação de jovens e adultos no Brasil foi caracterizada pela intermitência de programas sociais na busca pela garantia do acesso de trabalhadores a educação e formação profissional. Constituiu-se como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40 do século XX.

A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos como a Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. (PIERRO et al, 2001)



Em 1964, o Ministério da Educação organizou o último dos programas de corte nacional desse ciclo, o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire. Essa e outras experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar iniciado naquele mesmo ano. A partir de 1969, o governo federal organizou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais, voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. (ibidem.)

Recentemente, a política de educação de jovens e adultos toma uma configuração bastante nova no cenário da educação brasileira com a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais especificamente a partir de 2009.

Acredita-se que a redução das desigualdades sociais do Brasil não depende apenas da eficiência e eficácia de políticas públicas e de ações educativas que estão atreladas ao esforço conjunto das instituições, pois deve primordialmente ser entendida na dimensão da contradição existente entre capital e trabalho.

A oferta de educação profissional para jovens e adultos ainda constitui um grande desafio, quando observamos os dados e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que mostram que no Brasil, em 2007, havia 9.133.900 de trabalhadores que procuravam emprego, sendo que desses apenas 1.676.000 possuíam experiência e qualificação profissional. Agravando esses dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, divulgada no mês de setembro de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que no país ainda têm 12,9 milhões de analfabetos, já que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais em 2011 foi de 8,6%, 1,1 ponto percentual a menos do que em 2009 (9,7%). Dentro desse grupo, 96,1% estão na faixa de 25 anos ou mais de idade, sendo que mais de 60% têm 50 anos ou mais de idade (8,2 milhões).

A pesquisa supracitada (PNAD, 2011) revela que no período, também houve aumento do nível de instrução entre pessoas com 25 anos ou mais. A proporção de brasileiros com ensino fundamental completo subiu de 8,8% para 10%. No caso do ensino médio, passou de 23% para 24,5% e do ensino superior, de 10,6% para 11,5%. Do



mesmo modo, caíram os percentuais para o ensino fundamental incompleto (de 36,9% para 31,5%), médio incompleto (de 4% para 3,9%) e superior incompleto (de 3,5% para 3,4%). Na distribuição por gênero, a média de anos de estudo entre as mulheres ficou em 7,5 em 2011 enquanto entre os homens atingiu 7,1.

A PNAD (2011) apresenta ainda desigualdades regionais apontando que no Nordeste concentra-se mais da metade dos analfabetos do Brasil, com 6,8 milhões de pessoas nessa condição, correspondendo a 52,7% do total. De acordo com os dados, 35,6% das pessoas no Nordeste com 50 anos ou mais eram analfabetas em 2011. As taxas de analfabetismo para as populações até 24 anos são muito baixas, no Sul e no Sudeste, então, não chega a 1%. Elas são maiores quando nas regiões Norte e Nordeste e conforme o aumento da faixa etária.

As estatísticas também dão conta do analfabetismo funcional, representado por pessoas com 15 anos ou mais que tenham menos de quatro anos de estudo completos, os dados mostram que 19,2 milhões de pessoas (11,5% do total) com mais de 10 anos de idade não têm qualquer instrução ou estudaram por menos de um ano. Se comparada com os indicadores de 2009, a marca foi considerada estável (IBGE, 2012)

Some-se a esses os brasileiros que concluíram o ensino médio, mas não conseguem melhoria nas condições de emprego por não possuírem formação profissional reconhecida. A maioria dos trabalhadores sem qualificação profissional depende do mundo informal do trabalho, encontrando-se em situação de subalternidade frente ao veiculado e decantado progresso científico, tecnológico e econômico que o país vivencia.

Contudo, um caminho longo ainda se faz para atender essa demanda, especialmente se compreender que a Educação de Jovens e Adultos deve ser vista como aprendizagem ao longo da vida e não como compensação de escolaridade. (BRASIL, 2010)

3 A REDE DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Diante desses desafios e com a nova estrutura organizacional de educação profissional implantada a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vislumbra-se a implantação de



uma rede de ações estratégicas que ofereça ao país a oportunidade de consolidação de projetos com amplo impacto social na vida de trabalhadores jovens e adultos, donde se pode destacar a instituição da Rede de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao formular a proposta de reconhecimento e certificação de saberes tem em perspectiva a ampliação das experiências já existentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. A certificação profissional está articulada com a elevação da escolaridade, ou seja, o trabalhador jovem ou adulto ao se inscrever passa por processo de reconhecimento de saberes e complementação de formação com elevação de escolaridade. Todo o processo de certificação e elevação de escolaridade é ofertado gratuitamente aos trabalhadores pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e é mais especificamente sobre isso que se delinea esta investigação e análise.

É no contexto dessas mudanças que se revela o interesse da pesquisa sobre esta temática, cujo objeto de estudo delinea-se de modo a entender como a certificação relacionada à educação profissional se apresenta como política pública. Detém-se, entretanto, em analisar a educação profissional de jovens e adultos e o processo de reconhecimento e certificação de saberes não formais em sua mais recente institucionalidade por meio da Rede de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC).

Ao atribuir papel estratégico à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a redução do analfabetismo e o aumento da qualificação profissional com elevação da escolaridade de trabalhadores jovens e adultos que se encontram à margem do mercado de trabalho, o estudo quer empreender análise crítica sobre esse processo.

Por último, para efeito de uma justificativa que explique mais detidamente o interesse por esse temário e objeto de pesquisa, registra-se que foram as inquietações que emergiram no decorrer do exercício profissional que levaram ao engajamento nas discussões acadêmicas, momento este que em 2010, ocorre à entrada no Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da



Universidade Federal de Mato Grosso, que é onde se vincula o projeto de pesquisa que ora desenvolve.

Por outro lado, isto coincide com a composição da equipe multiprofissional para a implantação da Rede CERTIFIC no IFMT Campus Cáceres, logo após a posse como Assistente Social desta Instituição. Ao debruçar sobre o documento base, e iniciar o trabalho com pescadores artesanais de água doce no Núcleo Avançado do Pantanal – NAPAN em Poconé-MT direcionou-se o foco para o processo de reconhecimento e certificação de saberes não formais, especialmente por revestir-se, conforme seus anunciados teórico-programáticos de natureza emancipatória o que veio somar às indagações iniciais, adensado a proposta de investigação.

Do ponto de vista de sua relevância, esta pesquisa se apresenta como subsídio de fundo teórico quando se propõe a fazer uma análise política da política pública de educação profissional no Brasil, por ser recente esta abordagem verificam-se poucos estudos em relação ao recorte deste objeto, pois as nuances sofridas por esta política tem configurado um novo cenário que permite análises inclusive para realinhamento da política.

Esta pesquisa ao contextualizar a educação profissional de jovens e adultos e os condicionamentos econômico-sociais que contribuíram para o desencadeamento das transformações no mundo do trabalho, mostra sua relevância social ao apresentar uma percepção crítica quando provoca reflexão sobre a construção sócio-histórica dos trabalhadores que estão em processo de certificação profissional, direcionando este olhar para a efetivação plena de direitos e emancipação para a cidadania.

No contexto da inovação organizacional e considerando os princípios pelos quais se deu a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, coloca-se como desafio resgatar nas instituições de ensino profissional o espaço do trabalhador, perdido historicamente em decorrência das distorções ocorridas nas políticas públicas da educação brasileira, como pela exclusão de boa parte da população dos sistemas escolares e das condições dignas de um trabalho reconhecido como direito de cidadania.

Não há que não reconhecer a novidade que a Rede CERTIFIC traz do ponto de vista da institucionalização de uma política pública de reconhecimento dos saberes dos



trabalhadores brasileiros, vez que as experiências existentes e dispersas no país, das quais muitas da iniciativa privada ou algumas iniciativas isoladas em escolas da rede federal, não se constituíram e/ou consolidaram, portanto, num sistema nacional público, o que apenas se acena nos anos mais recentes. (STEFFEN, 2010)

O processo de certificação profissional e formação inicial e continuada se baseiam em alguns pressupostos para resguardar aquilo que se acredita ser perseguido no referido processo de reconhecimento de saberes, bem como, para garantir o respeito à autonomia e às especificidades dos trabalhadores.

Nessa direção, é necessário destacar que a concepção de reconhecimento de saberes é norteadora em todo o processo. As diretrizes são voltadas ao desenvolvimento no trabalhador da capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao desenvolvimento de atividades profissionais e sociais requeridas pela natureza do trabalho e para o convívio em sociedade de maneira partícipe, comprometida e transformadora.

Dito desse modo, essa concepção reflete uma visão dialética de que há necessidade de entender a formação realizada que pode ser efetivada dentro e fora do processo educativo, por meios formais e não formais, possibilitando novas perspectivas na interação entre o homem e o meio ambiente na direção de incrementar outros níveis de formação pessoal e profissional que contribuam para o desenvolvimento integral.

Dessa forma, esse processo é encarado como direito de todos, na perspectiva de desenvolver potenciais e enfrentamento das limitações que cada contexto social impõe, permitindo que os sujeitos sejam respeitados dentro das suas relações sociais. O trabalho é encarado, portanto, com base em tais enunciados, como direito de cada cidadão e dever do Estado, o qual deverá possibilitar-lhe a assunção de um engajamento no mundo do trabalho.

Assim, o que esta investigação se propõe é perguntar o quanto o reconhecimento de saberes difere e se distancia do paradigma das competências, tão em voga na qualificação profissional de jovens e adultos no Brasil, e que em última análise cede à lógica mercantil. Ao preocupar em problematizar seus enunciados, evidencia a necessidade de realizar estudos na tentativa de não ocultar as contradições desse processo e buscar análise mais aprofundada compreendendo seus interesses e



desvendando seus determinantes, tendo em vista que os antagonismos entre capital e trabalho continuam na base desta determinação.

Pretende-se neste projeto de dissertação analisar a política pública proposta pela Rede CERTIFIC consolidada pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, identificando o que esta política difere da certificação por competências que ganhou centralidade no Brasil nos discursos e ações no âmbito do Estado e/ou da sociedade civil no contexto da reestruturação produtiva e da globalização da economia como parte das estratégias de elevação de produtividade e competitividade das empresas. Isso, portanto, se vinculou aos novos contornos que ganhou a própria qualificação profissional no país a partir dos anos de 1990, associada às transformações produtivas e novas condicionantes de competitividade. (VELASCO, 2007).

Faz-se necessário esclarecer que o objeto de estudo delimita-se à análise do processo de reconhecimento e certificação de saberes não formais na Educação Profissional de Jovens e Adultos.

Há de se problematizar o momento histórico, político, econômico e social em que se encontra o capitalismo, o que possibilita fazer algumas indagações:

De que forma o Estado vem estabelecendo relações entre a sociedade e o mercado atendendo às necessidades demandadas pela classe que vive do trabalho em relação à educação profissional?

Em que medida a política inova e se distancia do modelo de competências presente na qualificação profissional como resposta às mudanças no mundo do trabalho?

É possível admitir que tal política, a partir do que enuncia, permite que o trabalhador prossiga nos estudos se insira e/ou permaneça no mercado de trabalho?

Responde aos desafios de jovens e adultos de inserção e permanência na escola e no mundo do trabalho, após percorrer trajetória longa de ensino não formal?

A Rede CERTIFIC é uma política pública inclusiva ou acompanha o histórico de ofertas de cursos profissionalizantes e Educação de Jovens e Adultos no país, em termos de dar vultuosidade aos índices de educação nacional?

Na medida em que envolve em seu destinatário populações tradicionais, a exemplo de pescadores artesanais do pantanal mato-grossense, converge ou se distancia



do paradigma hegemônico no âmbito da Educação de modo geral e, especificamente, da Educação Profissional?

Assim enunciadas, tais questões problematizadoras que movem a pesquisa em curso buscam responder ao objetivo geral de analisar a política pública de reconhecimento e certificação de saberes não formais (Rede CERTIFIC), implementada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no período de 2010 a 2012, no contexto das transformações contemporâneas do capitalismo.

Na tentativa de melhor qualificar e especificar tal delineamento geral, os objetivos específicos da pesquisa estão assim configurados:

- ✓ Identificar e analisar o quadro de referência teórico-conceitual da política pública em tela, à luz das transformações econômicas, políticas e ideoculturais do capitalismo contemporâneo;

- ✓ Constituir o marco legal e o desenho institucional da Rede CERTIFIC, de forma a contextualizar e analisar o processo de formulação e implementação nos Instituto Federais, com destaque para as dimensões da natureza da política, finalidades, processo decisório, sujeitos e interlocutores;

- ✓ Sistematizar informações e analisar dimensões da operacionalidade da política (instituições acreditadoras, área de produção, perfil dos trabalhadores, equipe técnica, procedimentos para certificação), a fim de delinear suas características e problematizar sua abrangência, acesso e alcance na perspectiva da garantia de direitos;

4 CONCLUSÃO

A realidade que expõem cerca de 65 milhões de brasileiros, que ainda não terminaram o ensino fundamental ou não possuem qualificação profissional formal, às condições de maior vulnerabilidade diante do mercado de trabalho, coloca a princípio tal iniciativa num campo significativo de realização na área das políticas públicas, pois em perspectiva pretende a inclusão desses trabalhadores jovens e adultos, abrindo oportunidades sociais que tradicionalmente eram negadas pela ausência de reconhecimento formal dos saberes desenvolvidos ao longo de suas vidas e ofícios.

Apresenta-se nesta pesquisa o marco contextual e legal em que se insere a temática e o problema em estudo, qual seja, a tentativa de compreender a certificação



profissional nos marcos das transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente dos rebatimentos no mundo do trabalho e nas formas e formatos de qualificação dos trabalhadores jovens e adultos, para o qual tem sido hegemônica uma direção teórica-política assente nos interesses do sistema produtivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, 2008.

BRASIL, **Lei nº 9.394 de 29/12/1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL, **Orientações para a implantação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC/** organizado por Luiz Augusto Caldas Pereira e Sônia da Costa. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011. Publicado em 21 de setembro de 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº. 1.082, de 20 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC. Brasília: MEC-MTE, 2009.

PIERRO, M. C. JOIA, O. RIBEIRO, V. M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov-2001.

STEFFEN, E. M. **Sistema de Certificação de Competências no Brasil e em Portugal**. In: Trabalho & Educação, Volume 18 nº 1, jan/abr de 2009. Disponível em: www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/401/466. Acesso em 20 de abril de 2011.

VELASCO, E.G. **Jovem e Qualificação Profissional: Programas e Trajetórias de Jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso**. 2007. Tese (Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas), UFMA, São Luís, 2007.